

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO CLASSICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB EMPRESAS RJ - SICOOB EMPRESAS RJ, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 27/10/2000, filiada à CCC RIO DE JANEIRO LTDA – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB EMPRESAS RJ tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	215.104,37	374.813,60
Centralização financeira - cooperativas	49.915.698,39	38.907.897,84
Total	50.130.802,76	39.282.711,44

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados por quotas do SICOOB CENTRAL RIO, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	49.915.698,39	38.907.897,84
TOTAL	49.915.698,39	38.907.897,84

5. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	1.450.891,78	-	-	1.450.891,78	-	2.499.107,11	-
A 0,5% Normal	4.091.818,77	226.863,41	30.684,52	4.349.366,70	(21.746,83)	3.863.869,69	(19.319,32)
B 1% Normal	1.588.474,33	1.091.297,47	23.577,55	2.703.349,35	(27.033,49)	2.547.762,56	(25.477,63)
B 1% Vencidas	18.761,92	4,50	-	18.766,42	(187,66)	420.793,75	(4.207,94)
C 3% Normal	2.475.882,30	2.206.627,58	7.660,93	4.690.170,81	(140.705,12)	2.482.689,95	(74.480,70)
C 3% Vencidas	20.135,98	1.037,19	-	21.173,17	(635,20)	62.549,59	(1.876,49)
D 10% Normal	1.794,40	56.193,82	-	57.988,22	(5.798,82)	8.238,47	(-823,85)
D 10% Vencidas	-	2.645,97	-	2.645,97	(264,60)	23.349,58	(2.334,96)
E 30% Normal	-	3.000,00	-	3.000,00	(900,00)	2.000,00	(600,00)
E 30% Vencidas	3.924,05	875,05	-	4.799,10	(1.439,73)	570,60	(171,18)
F 50% Normal	180.175,23	76.925,24	-	257.100,47	(128.550,24)	1.094.232,82	(547.116,41)
F 50% Vencidas	2.743.958,06	11.988,95	-	2.755.947,01	(1.377.973,51)	19.785,45	(9.892,73)
G 70% Normal	-	-	-	-	-	66.894,93	(46.826,45)
G 70% Vencidas	56.432,33	-	-	56.432,33	(39.502,63)	143.142,70	(100.199,89)
H 100% Normal	628.446,19	75.352,32	-	703.798,51	(703.798,51)	78.084,64	(78.084,64)
H 100% Vencidas	128.241,33	33.129,69	-	161.371,02	(161.371,02)	159.241,13	(159.241,13)
Total Normal	10.417.483,00	3.736.259,84	61.923,00	14.215.665,84	(1.028.533,02)	12.642.880,17	(792.728,99)
Total Vencidos	2.971.453,67	49.681,35	-	3.021.135,02	(1.581.374,34)	829.432,80	(277.924,31)
Total Geral	13.388.936,67	3.785.941,19	61.923,00	17.236.800,86	(2.609.907,36)	13.472.312,97	(1.070.653,30)
Provisões	(2.371.025,45)	(238.262,88)	(619,03)	(2.609.907,36)	-	(1.070.653,30)	-
Total Líquido	11.017.911,22	3.547.678,31	61.303,97	14.626.893,50	-	12.401.659,67	-

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.662.203,81	3.604.144,75	3.776.814,80	11.043.163,36
Títulos Descontados	2.329.570,10	16.203,21	-	2.345.773,31
Financiamentos	36.062,12	25.860,88	-	61.923,00
TOTAL	6.027.836,03	3.646.208,84	3.776.814,80	13.450.859,67

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial, Conta Garantida e provisão para crédito com liquidação duvidosa.

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	3.448.830,68	10.704.381,40	2.345.773,31	16.498.985,39	96%
Pessoa Física	317.203,42	400.704,96	-	717.908,38	4%
Outros	19.907,09	-	-	19.907,09	0%
TOTAL	3.785.941,19	11.105.086,36	2.345.773,31	17.236.800,86	100%

Obs.: Não inclui provisão para crédito com liquidação duvidosa.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(1.070.653,30)	(1.265.241,75)
Constituições / reversões	(1.984.526,87)	(558.456,11)
Transferência / reversão para prejuízo	445.272,81	753.044,56
TOTAL	(2.609.907,36)	(1.070.653,30)

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	1.493.992,66	9,00%	1.063.533,00	8,00%
10 Maiores Devedores	8.215.706,74	48,00%	6.194.515,70	46,00%
50 Maiores Devedores	13.814.965,19	80,00%	11.337.412,77	84,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	3.276.576,32	2.629.231,43
Valor das operações transferidas no período	445.272,81	792.588,90
Valor das operações recuperadas no período	(721.800,59)	(145.244,01)
TOTAL	3.000.048,54	3.276.576,32

g) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2017, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 6.838.497,96, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças honrados	11.233,39	-
Rendas a Receber	27.195,41	20.705,06
Adiantamentos e antecipações salariais	7.604,56	13.262,52
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	1.345,16	14.623,00
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	67.380,00
Devedores por depósitos em garantia	19.084,13	19.084,13
Títulos e créditos a receber	10.475,20	13.186,00
Devedores diversos – país (a)	1.839,91	1.798,59
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(11.233,39)	-
TOTAL	67.544,37	150.039,40

(a) Refere-se a diferença caixa (R\$ 0,54), pendências a regularizar (R\$ 1.838,07) e pendências a regularizar – Bancoob (R\$ 1,30).

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Material em Estoque	329,00	-
Prêmio de seguros	16.995,62	17.550,88
Vale refeição e alimentação	-	36.939,56
Vale transporte	7.502,83	8.253,35
TOTAL	24.827,45	62.743,79

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	1.898.168,06	1.304.459,57
TOTAL	1.898.168,06	1.304.459,57

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Terrenos	293.056,00	293.056,00	-
Edificações	566.606,26	566.606,26	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(216.963,34)	(194.299,06)	-
Instalações	178.491,43	178.491,43	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(89.124,65)	(45.818,33)	-
Móveis e equipamentos de Uso	258.669,48	264.182,19	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(136.713,35)	(116.600,62)	-
Sistema de Comunicação	17.502,32	17.502,32	20%
Sistema de Processamento de Dados	222.844,15	198.229,87	10%
Sistema de Segurança	9.085,64	9.085,64	10%
Sistema de Transporte	105.000,00	158.000,00	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(171.720,69)	(169.658,24)	-
TOTAL	1.036.733,25	1.158.777,46	

10. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	Taxa Depreciação
Softwares	67.380,00	-
(-) Amortização Software	(13.476,00)	20%
TOTAL	53.904,00	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

a) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	23.690.903,29	11.122.291,69
Depósito a Prazo	30.723.589,59	26.909.657,20
TOTAL	54.414.492,88	38.031.948,89

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

b) Concentração dos principais aplicadores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	5.012.105,85	9,00%	3.279.833,58	8,00%
10 Maiores Depositantes	26.530.433,32	50,00%	17.602.982,10	44,00%
50 Maiores Depositantes	42.332.072,45	80,00%	31.977.870,74	79,00%

c) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
-----------	------------	------------

Pessoa Física	12.913.785,48	14.224.655,12
Depósito a Vista	2.973.390,20	1.756.887,81
Depósito a Prazo	9.940.395,28	12.467.767,31
Pessoa Jurídica	41.500.707,40	23.807.293,77
Depósito a Vista	20.717.513,09	9.365.403,88
Depósito a Prazo	20.783.194,31	14.441.889,89
TOTAL	54.414.492,88	38.031.948,89

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento	135.879,41	3.279.833,58
TOTAL	135.879,41	3.279.833,58

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos (13.1)	6.640,09	4.987,30
Sociais e Estatutárias (13.2)	81.944,46	128.583,46
Fiscais e Previdenciárias (13.3)	166.330,45	601.932,58
Diversas (13.4)	816.192,38	338.359,40
TOTAL	1.071.107,38	1.073.862,74

13.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
IOF a recolher	6.640,09	4.987,30
TOTAL	6.640,09	4.987,30

13.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Atos com Associados (a)	39.555,89	89.056,86
Cotas de Capital a Pagar (b)	42.388,57	39.526,60
TOTAL	81.944,46	128.583,46

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para impostos e contribuições/lucros	39.157,61	21.891,56
Impostos e contribuições a recolher	127.172,84	147.112,37
TOTAL	166.330,45	169.003,93

13.4 Diversas

Descrição	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Total	Total

Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	337.945,08	-	337.945,08	299.604,07
Provisão para Passivos Contingentes	-	448.524,09	448.524,09	455.078,64
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	17.688,89	-	17.688,89	-
Credores Diversos - País	12.034,32	-	12.034,32	16.605,34
TOTAL	367.668,29	448.524,09	816.192,38	771.288,05

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 226.006,18) e outras despesas administrativas (R\$ 111.938,90).

(b) Refere-se provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

14. Instrumentos financeiros

O SICOOB EMPRESAS RJ opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	3.826.801,55	3.686.773,37
Associados	4.606	4.051

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva para Expansão

Refere-se aquisição de imóvel próprio para expansão das atividades da cooperativa criada conforme deliberação da Assembleia Geral de 2013.

d) Outras Reservas

Refere-se a desenvolvimento, divulgação e execução de projetos na área comercial e marketing para expansão de negócios. Foi renovada conforme deliberação da Assembleia Geral de 2014.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 21/03/2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 302.539,04.

f) Destinações estatutárias e legais.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	745.058,70	1.779.959,84
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	745.058,70	1.779.959,84
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(74.505,87)	(177.995,98)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(37.252,94)	(88.997,99)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	633.299,89	1.512.965,87

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	1.071.231,64	568.681,69
Despesas específicas de atos não cooperativos	(76.179,11)	(43.630,97)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(600.193,25)	(294.193,03)
Resultado operacional	394.859,28	230.857,69
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	21.726,22	1.746,51
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	416.585,50	232.604,20
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(626.915,37)	(296.715,40)

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	1.099,50	10.014,93	10.333,46
Ingressos de depósitos intercooperativos	1.851.184,40	4.141.987,72	4.535.890,50
Outras Rendas Operacionais	548.430,04	1.013.309,37	601.263,22
TOTAL	2.400.713,94	5.165.312,02	5.147.487,19

18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Outras Despesas Operacionais	(355.151,47)	(449.250,28)	(240.659,20)
Outros	-	-	(4.771,83)
Despesas de provisões passivas	(12.024,30)	(12.425,85)	-
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(110.459,87)	(115.367,62)	-
TOTAL	(477.635,64)	(577.043,75)	(245.431,03)

19. Resultado não operacional

Descrição	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	16.834,86	-
Ganhos de Capital	2.447,02	6.393,44	1.746,51
(-) Perdas de Capital	(590,80)	(1.502,08)	0,00
Resultado Líquido	1.856,22	21.726,22	1.746,51

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total
Montante das Operações Ativas	3.460.725,98	2,77%

Montante das Operações Passivas	200.440,83	0,78%
---------------------------------	------------	-------

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	180,14	(5,40)	0%
Conta Garantida	2.159,21	(64,78)	0%
Empréstimo	216.219,93	(6.082,63)	2%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	159.734,91	0,68%	0%
Depósitos a Prazo	212.203,94	0,69%	0,53%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,9%	1,3% a 5,0%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,3%	85% a 102% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	1,89%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,2%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	720.000,00

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(531.380,82)
Encargos Sociais	(109.336,59)
Outras despesas benefícios	(41.564,17)

21. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO CLASSICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB EMPRESAS RJ - SICOOB EMPRESAS RJ, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB EMPRESAS RJ responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

22. Gerenciamento de risco

22.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

- a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- c) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB EMPRESAS RJ objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB EMPRESAS RJ possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

22.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB EMPRESAS RJ objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB EMPRESAS RJ possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB EMPRESAS RJ objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 5º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 973.116,80, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimonial	4.510.000,00	4.040.000,00
Veículos	103.620,00	100.000,00
Valores	20.000,00	-
TOTAL	4.633.620,00	4.140.000,00

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 12.174.270,52, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017, com percentual de índice de Basileia 44,69%.

26. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Rio de Janeiro-RJ, 31 de dezembro de 2017

EDUARDO DINIZ ARANTES PEREIRA
Diretor Presidente

CARLOS ALBERTO MIRANDA DE CARVALHO
Diretor Administrativo/Financeiro

FELIPPE ALVAREZ DE SÁ
Diretor Operacional

RAFAEL DIAS
Contador - CRC 102099/O-7